



## FATORES AMBIENTAIS E SOCIAIS ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE LEISHMANIOSE NA AMAZÔNIA LEGAL

*Kamila Mendes de Oliveira* (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO);

*Raquel Leite Wainfas* (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO / Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz);

*Adriano Arnóbio* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ); *Ronaldo Figueiró* (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO / Centro Universitário de Volta Redonda - UniFóA)

### INTRODUÇÃO

A expansão progressiva das leishmanioses, seja pela maior ação do homem gerando desequilíbrio ambiental, como também pelas mudanças em seus perfis epidemiológicos, com a adaptação de seus agentes etiológicos a novos hospedeiros e consequente introdução ao ambiente domiciliar e peridomiciliar, vem sendo um modelo de doença emergente e tem despertado na comunidade em geral, séria preocupação frente à gravidade de ambas as formas da doença, sobretudo seus índices de morbidade e letalidade, além de sua grande capacidade de disseminação. Estima-se 350 milhões de pessoas vivendo em áreas de risco, com 12 milhões de indivíduos infectados e aproximadamente 1,5 milhões de casos registrados a cada ano para a leishmaniose tegumentar e cerca de 500.000 para a forma visceral (DESJEUX, 2004). Com a modernização da saúde pública, a região da Amazônia Legal tornou-se uma área importante para estudos, pois possui características relevantes para a determinação epidemiológica e implicações para assistência da saúde. Essa iniciativa dá-se ao fato da região possuir uma grande biodiversidade e sofrer ações antrópicas que acabam levando ao desequilíbrio ambiental e de nível trófico do local. (CONFALONIERI, 2005). Com a crescente urbanização nos últimos 25 anos, é preciso analisar os principais aspectos biológicos, ambientais e sociais que provavelmente influenciam nessa expansão da doença (GONTIJO & MELO 2004). A leishmaniose visceral tem maior risco com a urbanização, pois a migração é um aspecto importante para a doença sendo, em geral, os imigrantes, pessoas de baixa renda que vivem em condições precárias (OLIVEIRA *et al.* 2001).

### OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho foi relacionar fatores ambientais e sanitários com a incidência de leishmaniose na Amazônia legal gerando informações que fomentem programas de controle da doença.

### MATERIAL E MÉTODOS

Foram analisados dados secundários oriundos do DATASUS e da base Séries Históricas do IBGE sobre a Amazônia Legal, em uma escala de 18 anos (1992 a 2010), constituindo assim um estudo longitudinal, de série temporal, que pode ser compreendido como o estudo epidemiológico que utiliza agregados populacionais como unidade de análise. Os dados foram analisados quanto à aderência a distribuição normal através do teste de Shapiro-Wilk. As variáveis consideradas potencialmente relacionadas à incidência da leishmaniose foram empregadas em ajustamento de curvas como variáveis independentes, e as regressões com melhor ajustamento foram executadas, após uma análise de resíduos que excluiu outliers dos dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde as antigas culturas, saneamento básico está associado às precárias condições de saúde humana (TEIXEIRA, 2011). Foi possível analisar uma regressão linear da relação entre domicílios sem saneamento básico e a incidência de leishmaniose. Isso se deve ao fato de que populações sem saneamento ficam mais suscetíveis às morbidades e mortalidades decorrente de infecções. Foi possível notar, também, a relação entre a escolaridade inexistente e incidência de leishmaniose na região da Amazônia Legal. Pode-se dizer que essa relação ocorre porque a população sem escolaridade possui pouco ou nenhum conhecimento sobre a doença ou então não sabe que a doença tem tratamento e possibilidade de cura, dependendo do estágio em que se encontra. As doenças infecciosas e parasitárias no Brasil atingem uma expressiva população menos privilegiada, de baixa renda, com baixo nível escolar e que não possui condições propícias de saneamento básico e assistência primária à saúde (PAES *et al.* 1999). Entretanto, mesmo a baixa renda sendo considerada um fator preponderante para a expansão de doenças parasitárias e infecciosas, na região da Amazônia Legal não houve relação entre esse fator com a incidência de leishmaniose.

## CONCLUSÃO

Desmatamento, saneamento básico e escolaridade inexistente foram índices positivos para taxa de leishmaniose na região da Amazônia Legal, enquanto que a renda inferior a um salário mínimo não foi considerada um fator para a incidência da doença. Isso pode ocorrer pois não é necessário ter um bom salário pra ter condições regulares de moradia, um conhecimento considerável sobre saúde e prevenção de doenças. Por outro lado, o desmatamento ajuda na expansão da doença devido à ação antrópica, onde o homem sobrepõe seu habitat com o do flebotomíneo (inseto vetor do agente etiológico da leishmaniose). A falta de saneamento básico é considerado um fator de expansão da doença porque as pessoas sem saneamento convivem com a sujeira, poluição e é por onde os insetos vetores de doenças e outros animais circulam. Já em relação à escolaridade inexistente, pode-se dizer que é considerada como mais um fator para o aumento da taxa de incidência de leishmaniose, pelas pessoas que se encontram nessa situação não possuem conhecimento sobre a doença, sua transmissão, diagnóstico e cura. O governo poderia adotar metas e possíveis formas para que todos tenham saneamento básico e que mesmo com falta de escolaridade, fosse informado à população assuntos que estão frequentes na região, como por exemplo, a incidência de leishmaniose na área da Amazônia Legal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFALONIERI, U.E.C. 2005. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estud. av.*, v.19, n.53, p.221-236.

DESJEUX, P. 2004. Leishmaniasis: current situation and new perspectives. *Comp. Immun. Microbiol. Infect. Dis.*, 27: 305-318.

GONTIJO, C.M.F., MELO, M.N. 2004. Leishmaniose visceral no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, v. 7, n.3, p.338-349.

OLIVEIRA, C.D.L. *et al.* 2001. Spatial distribution of human and canine visceral leishmaniasis in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brasil, 1994-1997. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p.1231-1239.

PAES, N.A.; SILVA, L.A. 1999. Doenças infecciosas e parasitárias no Brasil: uma década de transição. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health* 6(2), p.99-109.

TEIXEIRA, J.C.; GOMES, M.H.R.; SOUZA, J.A. 2011. Análise da associação entre saneamento e saúde nos estados Brasileiros: estudo comparativo entre 2001 e 2006. *Eng. Sanit. Ambient.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.197-204.